



Mensagens Importantes

- Governos, organizações multilaterais, instituições financeiras e empresas do setor privado devem reconhecer a importância estratégica dos agentes religiosos e incluí-los como parceiros importantes na preparação e resposta a desastres e outras atividades de adaptação e mitigação.
- Os agentes religiosos devem alavancar sua capacidade e influência para defender ações urgentes e ousadas sobre o clima por parte dos líderes e principais interessados. Eles também devem utilizar sua capacidade de transformar corações e mentes para que não tenham atitudes e comportamentos destrutivos em direção ao cuidado responsável pela criação.
- O planejamento para desenvolver resiliência deve incluir intervenções e respostas abrangentes e multissetoriais, apoiadas por financiamento adaptável e flexível e elaboradas com a participação ativa das comunidades locais e afetadas, em particular os povos indígenas, mulheres e jovens.
- O investimento em capacitação localizada por meio de práticas justas de financiamento e a inclusão de profissionais locais em políticas e outros espaços de tomada de decisão é a chave para uma resposta global eficaz aos desastres climáticos e construção de resiliência.
- Os governos, especialmente os do Norte Global, devem cumprir seus compromissos financeiros com o financiamento de ações relativas a questões do clima, aumentar a assistência ao desenvolvimento para apoiar iniciativas de mitigação e adaptação, incentivar as instituições financeiras a fornecer subsídios em vez de empréstimos, e considerar o alívio da dívida de base ampla para países financeiramente sobrecarregados.
- As transferências de tecnologia e o compartilhamento de informações entre os países devem ser apropriadamente facilitados para apoiar medidas de construção de resiliência, especialmente em países vulneráveis ao clima.

RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E FINANCIAMENTO JUSTO

POSIÇÕES ANGLICANAS PARA
AÇÃO CLIMÁTICA E JUSTIÇA
CLIMÁTICA

Mensagens Importantes, Resumo
Executivo e um Apelo Urgente à Ação da
Posição Política do Conselho Consultivo
Anglicano para a COP26



Resumo Executivo

La respuesta global a la crisis climática ha sido absolutamente inadecuada, tanto en el nivel de recursos dedicados a la respuesta como en el nivel de urgencia con el que están actuando quienes tienen más poder para realizar cambios radicales. La 26^a Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (UNFCCC) (COP26) es una oportunidad importante para abordar nuestros errores colectivos. Es un hito que determinará qué tipo de mundo heredarán las generaciones futuras.

A posição política do Conselho Consultivo Anglicano (CCA) para a COP26 estabelece duas prioridades políticas interconectadas: **resiliência climática** e **financiamento justo**. Estas são áreas nas quais as Igrejas Membros da Comunhão Anglicana têm conhecimentos e preocupações específicas. O resumo foi elaborado sob os auspícios do Grupo de Trabalho COP26 do CCA, cujos membros vêm dos principais órgãos representativos da Comunhão Anglicana.¹

Prioridades de Política: Resiliência Climática e Financiamento Justo

À medida que a frequência e a gravidade dos desastres relacionados ao clima se intensificam, as comunidades em todos os lugares - e especialmente aquelas na linha de frente da crise climática - estão cada vez mais vulneráveis. Construir **resiliência climática** é uma resposta necessária, prática e pragmática para construir a capacidade adaptativa das comunidades para resistir a choques climáticos agudos e estressores, como furacões ou incêndios florestais, e eventos de longo prazo de início lento, como redução dos recursos hídricos e aumento do nível do mar.

Construir resiliência é vital, mas não o suficiente. Há choques que mesmo as comunidades mais resilientes são incapazes de suportar, e o agravamento da crise climática só tornará a situação mais grave. A construção da resiliência não significa sugerir que as pessoas mais afetadas pelas mudanças climáticas são as únicas ou principais responsáveis por lidar com seus impactos. Na verdade, construir resiliência não é um substituto para outras ações necessárias e urgentes, especialmente por parte de governos e instituições financeiras.

Além disso, os efeitos da crise climática e aqueles das crises ambientais relacionadas de perda de biodiversidade e poluição estão desigualmente distribuídos pelo mundo, com aqueles que menos contribuíram para a mudança climática arcando com a maior carga de seus impactos. Por essas razões, os princípios de justiça climática, que focam em equidade, na divisão de encargos e na participação, devem fazer parte de qualquer intervenção e resposta climática.

Como tal, a justiça é um princípio que deve embasar todas as decisões relativas ao financiamento do clima. Construir resiliência requer recursos adequados; sem ele, os países mais afetados pelas mudanças climáticas ficarão cada vez mais

¹ Os membros do Grupo de Trabalho COP26 do CCA são provenientes da Rede Ambiental da Comunhão Anglicana, Rede Indígena Anglicana, Rede da Juventude Anglicana, Aliança Anglicana, Palácio de Lambeth e do Escritório da Comunhão Anglicana nas Nações Unidas. É presidido por Sua Excelência Júlio Murray, Arcebispo da América Central e arcebispo responsável pela Comunhão Anglicana para o meio ambiente.

sobrecarregados financeiramente à medida que lidam com perdas e danos. O **financiamento justo**, portanto, abrange políticas e iniciativas que incentivam e esperam a divisão de encargos, muitas vezes por meio das quais países de alta renda, com economias movidas a combustíveis fósseis e riqueza derivada de indústrias extrativas, garantem que o dinheiro está fluindo (por meio de fundos climáticos ou outros meios) para países mais vulneráveis de baixa renda. Por exemplo, um amplo financiamento alocado para a adaptação garantiria que os países com alta emissão e alta renda forneçam financiamento direcionado para apoiar atividades de construção de resiliência em países de baixa renda que já estão experimentando os efeitos mais extremos da mudança climática.

Inclusão de Povos Indígenas, Jovens e Mulheres como Princípio para Ações Climáticas Justas

O apoio à resiliência e ao financiamento justo deve incluir uma análise da maneira como a **mudança climática impacta desproporcionalmente certos grupos populacionais, ao longo das linhas de gênero, raça, etnia ou status socioeconômico**, por exemplo. Identificar as experiências únicas de certos grupos e centrar suas necessidades em nossas respostas é fundamental para uma ação climática justa. Em particular, engajar e apoiar a liderança **dos povos indígenas e jovens**, e particularmente as **mulheres** dentro desses grupos, deve ser uma consideração transversal.

Anglicanas/os e a Emergência Climática

Anglicanas/os em todo o mundo há muito se envolvem com as questões ambientais. Como um corpo global conectado com uma identidade compartilhada que transcende as fronteiras nacionais, a Comunhão Anglicana tem uma perspectiva distinta sobre as mudanças climáticas. As/Os anglicanas/os estão na linha de frente da emergência climática e também estão ativamente envolvidas/os na formulação de soluções. Também temos a capacidade de alavancar nossa identidade compartilhada para mobilizar nossas redes para a justiça climática e ação climática.

Diante de um futuro incerto, as/os anglicanas/os em todo o mundo estão desenvolvendo habilidades em adaptação, mitigação, resposta a desastres, preparação para desastres, resiliência e incidência pública (advocacy). Está-se também desenvolvendo recursos teológicos e espirituais para apoiar as mudanças comportamentais e de atitude necessárias à ação coletiva para lidar com a emergência climática. O resumo destaca a **Igreja como um agente crítico para a ação climática e justiça climática e mostra exemplos de como os anglicanos têm aproveitado sua experiência, conhecimento e aprendizado para contribuir com os esforços globais para combater a mudança climática.**

"A pandemia de Covid-19 forçou o mundo a olhar para como temos vivido e operado, quando tanto de o que era considerado "normal" não era possível. Fomos confrontadas/os por nosso comportamento: por nosso pecado; por nossa ganância; por nossa fragilidade humana; por nossa exploração do meio ambiente e por nossa intromissão no mundo natural. Para muitas/os, esta incerteza é nova. Mas muitos mais ao redor do mundo vivem há décadas com a incerteza como a consequência sombria, real e atual da mudança climática. Pensar é um problema do futuro e não um flagelo do presente é a perspectiva cega dos privilegiados".



Arcebispo de Canterbury, Justin Welby

Recomendações de Políticas Específicas

As seções finais do resumo focam em áreas específicas de políticas e apela a ações concretas dirigidas a formuladores de políticas e partes interessadas no governo, organizações multilaterais, instituições financeiras, setor privado e sociedade civil, incluindo agentes religiosos. Ele oferece uma série de recomendações de políticas agrupadas em cinco temas, que são informadas por nossas prioridades políticas de resiliência e financiamento justo e as experiências das igrejas em resposta às mudanças climáticas:

- **Importância crítica dos agentes religiosos**
- **Construção de resiliência**
- **Localização**
- **Financiamento Justo**
- **Transferência de tecnologia**

Cada seção inclui recomendações de políticas específicas destinadas aos seguintes setores da sociedade: **governos, organizações multilaterais, instituições financeiras, setor privado, organizações religiosas e sociedade civil. As recomendações da política podem ser resumidas pelas mensagens importantes acima.** Essas recomendações têm o objetivo de oferecer sugestões concretas para os formuladores de políticas e podem ser usadas para desenvolver a capacidade dos leitores de defesa e engajamento com formuladores de políticas e líderes da sociedade em questões de resiliência climática e financiamento justo.

Um apelo urgente à ação

Para responder à crise climática, precisamos de uma transformação espiritual e cultural. Corações e mentes devem mudar para mudar a maneira como vemos o mundo e como nos relacionamos com ele.

Muitas pessoas, especialmente nos países industrializados, têm uma visão de mundo extrativista que considera a terra como algo a ser explorado. É particularmente prevalente em sociedades cuja riqueza é derivada de uma economia baseada em indústrias extrativas, como gás, petróleo e mineração, e altos níveis de consumismo.

"O conceito de *kaitiakitanga* posiciona o ser humano na criação - não como supremos mestres sobre a comunidade terrestre, mas como membros interdependentes da comunidade terrestre. Percebendo a nós mesmas/os como membros interdependentes da criação exige que ampliemos nosso olhar para além de nossas preocupações antropocêntricas para incluir a consideração de todas as entidades vivas em tudo o que fazemos"

Revd. Jacynthia Murphy, da Diocese de Aotearoa, Nova Zelândia e Polinésia



No entanto, existem outras visões de mundo, incluindo dentro da Comunhão Anglicana, que têm uma visão mais holística do mundo natural e como nos relacionamos com ele. Especialmente os indígenas, inclusive dentro das comunidades cristãs em toda a Comunhão, defendem uma visão de mundo que trata de **relacionamento** e **conexão**. Os povos indígenas Maori e do Pacífico entendem a criação como inerentemente unificada com uma profunda conexão entre todas as coisas vivas. Essa visão de mundo relacional é compartilhada por outros povos indígenas na África, na Amazônia e no Ártico.

Parentesco e conexão com o mundo natural, a necessidade de respeitar os limites e a proteção da

terra são ideias profundamente bíblicas - além de serem apoiadas pela ciência. Tanto a ciência quanto a fé nos dizem que nós - todos os seres vivos da Terra - estamos profundamente interligados. A pandemia da Covid-19 reforçou essa realidade à medida que se espalhou rapidamente pelo globo, não deixando nenhum canto do mundo intocado, demonstrando a importância de reconhecer nossa conexão. Os seres humanos não podem mais se ver separados uns dos outros ou do mundo natural.

Uma visão de mundo extrativista, que considera a terra como uma mercadoria que pode ser usada e explorada sem levar em conta as consequências, promove modos de vida insustentáveis e está causando danos e sofrimento catastróficos. Aqueles que sustentam essa visão de mundo extrativista precisam se afastar dela e, em vez disso, abraçar uma mentalidade de relacionamento - pelo bem da terra, de suas criaturas e de nossa família global. A sabedoria indígena e uma visão de mundo centrada na natureza, que enfatizam a conexão e a interdependência, devem moldar nosso pensamento no futuro - não apenas em nossas vidas pessoais, mas também em nossa tomada de decisão corporativa, pensamento político e filosofias econômicas.

Negociações, como as que ocorrerão durante a COP26, são tipicamente locais de negociações e comércio, onde a ambição é contida diante do pragmatismo político e há um desrespeito pela moralidade como determinante da ação. Muito frequentemente, o interesse próprio nacional substitui nosso bem-estar coletivo. No entanto, a escala e a urgência da emergência climática são tais que a política deve dar lugar a ações baseadas na ciência e enraizadas em um chamado moral para reconhecer nossa interdependência com os outros e com o mundo natural. Ação inadequada e concessões não podem mais ser o status quo. A ciência mostra que devemos tomar medidas ousadas e urgentes em face da emergência climática. **A ciência também nos diz que ainda é possível evitar uma catástrofe generalizada. A questão é: temos fé para agir?**

